



Ministério Público do Estado do Ceará

Procuradoria Geral de Justiça



Acesso à Informação



Intranet

Administração Superior

Procuradoria Geral de Justiça
Colégio de Procuradores
Conselho Superior
Corregedoria-Geral

Administração

Procuradorias de Justiça
Promotorias de Justiça
DECON
Ouvidoria Geral
Secretarias Executivas

Execução

Procurador-Geral de Justiça
Conselho Superior do MP
Procuradores de Justiça
Promotores de Justiça
JURDECON

Auxiliares

Centros de Apoio Operacional
Escola Superior do MP
Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo
Órgão de Estágio

Comissão de Concurso

Serviços

Artigos
Convênios
Consulta de Protocolo
Diário da Justiça
Email Institucional
Endereços e Telefones
Estágios e Concursos
Legislação
Links interessantes
Listas Gerais de Antiguidade
Peças Processuais
Plantão Ministerial
Portarias
Provimentos
Publicações
Relatório de Gestão Fiscal
Recomendações

Destaques

02/06/2015 - JUSTIÇA DETERMINA PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA E INDISPONIBILIDADE DE BENS DO PREFEITO DE CANINDÉ



O juiz da 2ª Vara da Comarca de Canindé, Antonio Josimar Almeida Alves, determinou na última quarta-feira (27) a perda da função pública e a indisponibilidade dos bens do prefeito de Canindé, Francisco Celso Crisostomo Secundino, do secretário e do tesoureiro da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças de Canindé, Vicente Gomes de Sousa e Antonio de Sousa Daniel. Os acusados foram condenados pela prática de atos de improbidade administrativa pelo desvio de receitas referentes a Contribuição de Iluminação Pública (CIP). A decisão judicial atende pedido do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE).

No curso da ACP, foi constatado que o Município de Canindé, nos anos de 2013 e 2014, utilizou, sem autorização legal, os valores depositados na conta vinculada da CIP para o pagamento do consumo de energia elétrica de prédios públicos, para repasse a um consórcio de saúde e para quitar parcelamento de dívidas do Município, causando, assim, prejuízo ao erário e ao sistema de iluminação pública de Canindé.

Na decisão, a Justiça reconhece o desvio de finalidade na aplicação das receitas da CIP, que devem ser utilizados para o custeio da prestação efetiva ou potencial dos serviços de instalação, expansão, melhoria, manutenção e operação do sistema de iluminação das vias e logradouros públicos, urbanos ou rurais.

Diante da irregularidade na aplicação dos recursos, o juiz determinou a perda da função pública dos acusados; a suspensão de seus direitos políticos, o pagamento de multa civil e a proibição de contratar com o Poder Público. Além disso, condenou os acusados a ressarcirem os danos causados, devolvendo para a conta vinculada da CIP o montante de R\$ 3.454.823,41, acrescidos de correção monetária. Para garantir pagamento, o juiz decretou a indisponibilidade dos bens dos acusados.

Fonte: Assessoria de Imprensa

Notícias relacionadas

24/02/2016 - MPCE inicia mobilização de combate ao mosquito Aedes aegypti e envia material de apoio para promotores de Justiça
22/02/2016 - Justiça proíbe empresa Eletrosul de realizar contratos de "compra premiada" no município de Barro
22/02/2016 - Fórum de Combate à Corrupção terá participação de instituições públicas e privadas ligadas ao tema
22/02/2016 - MPCE e SEFAZ discutem ações do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e reposição do orçamento 2016
19/02/2016 - PGJ realiza solenidade de remoção e promoção de promotores de Justiça
18/02/2016 - Campanha da Fraternidade: MPCE e representantes da CNBB tratam sobre saneamento básico
18/02/2016 - MPCE ingressa com ação por ato de improbidade administrativa contra prefeito de Pacajus
17/02/2016 - Ação do MPCE resulta na prisão em flagrante de farmacêutico por comercialização de medicamentos de venda proibida em Caririçu
17/02/2016 - PGJ defende padronização nacional do registro dos Crimes Violentos Letais Intencionais
15/02/2016 - Promotor de Justiça é promovido em solenidade realizada na PGJ
13/02/2016 - PGJ participa de encontro com ministro da Justiça no Palácio Abolição
12/02/2016 - Procuradores de Justiça do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do MPCE tomam posse na PGJ
12/02/2016 - Promotores de Justiça que ingressaram em 1996 comemoram 20 anos de Ministério Público
10/02/2016 - PGJ realiza solenidade de promoção de promotor de Justiça
05/02/2016 - PGJ participa de sessão extraordinária na OAB-CE sobre custas processuais
04/02/2016 - PGJ trata sobre orçamento e planejamento em encontro na Seplag
04/02/2016 - PGJ constata redução de homicídios no mês de janeiro em reunião com governador
04/02/2016 - MPCE emite recomendação para coibir venda de bebida alcoólica para crianças e adolescente em Ererê
03/02/2016 - Encontro reforça vínculos entre Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral de Justiça